



**ACÓRDÃO Nº1004/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11288/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Gilberto Vizolli (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4390/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Apuí. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Ciência.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas de responsabilidade do **Sr. Gilberto Vizolli**, presidente da Câmara Municipal e Ordenador de Despesas, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais em relação às impropriedades 01, 02, 03, 04, 09 e 10, do Relatório Conclusivo nº 115/2020 - DICAMI (fls. 917-983), não sanadas, nos termos dos artigos 1.º, II, 22, III, alíneas "b" e "c", e artigo 25, parágrafo único, todos da Lei Estadual n. 2.423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), e artigo 5.º, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Gilberto Vizolli** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 60 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais em relação às impropriedades 01, 02, 03, 04, 09 e 10 do Relatório Conclusivo nº 115/2020 – DICAMI (fls. 917-983), não sanadas, com base no inciso VI do artigo 54 da Lei n. 2.423/96 e do inciso VI do art. 308 da Resolução nº



**ACÓRDÃO Nº1004/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

4/2002 (RITCE/AM), na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcance** o Sr. Gilberto Vizolli no valor de **R\$9.824,17** (nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e dezessete centavos) e fixar **prazo de 60 (sessenta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Apuí com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

Restrição Nº 10: Glosa no valor de R\$ 9.824,17 (nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e dezessete centavos), o qual, deverá ser corrigido monetariamente, pela ausência de comprovação da efetiva utilização do combustível adquirido, bem como da não comprovação da finalidade pública, ante a ausência de comprovantes de utilização do combustível adquirido conforme tratado nesta impropriedade.

- 10.4. Dar ciência** ao sr. Gilberto Vizolli, Interessado.

- 10.5. Determinar** à origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

**10.5.1.** Observe atentamente os prazos fixados para o encaminhamento da documentação exigida para análise das prestações de conta, esclarecendo que a inobservância destes prazos compromete o planejamento dos trabalhos de



**ACÓRDÃO Nº1004/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

campo, passível de responsabilização com a consequente aplicação de multas por cerceamento do exercício do controle externo.

- 10.5.2.** Realize concurso público para o cargo de Contador, Tesoureiro, Controlador Interno e Assessor Jurídico nos termos do art. 37 da CRFB/88.
- 10.5.3.** Exoneração todos os servidores em situação de nepotismo, conforme apontado no presente achado de auditoria 03;
- 10.5.4.** Regularize imediatamente a situação tratada identificando e exonerando todos os servidores cujas competências e habilidades, para o desempenho das funções as quais foram nomeados, não puderem ser comprovadas;
- 10.5.5.** Origem para que faça as estimas dos valores a serem adquiridos com manutenção de veículos e aquisição de combustíveis e lubrificantes.
- 10.5.6.** Não atrase o envio das informações ao sistema e-contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;
- 10.5.7.** Atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que estabelece a Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- 10.5.8.** Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 10.5.9.** Tomar providência nas cobranças necessárias dos créditos;
- 10.5.10.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.
- 10.5.11.** A manutenção dos documentos técnicos de obras/reformas/serviços de Engenharia nos arquivos da CBJM para quando da presença da Comissão de Inspeção da DICOP/TCE se possa analisá-los in loco evitando a necessidade de solicitação por notificação;
- 10.5.12.** Observação ao art. 6º, IX, da Lei federal n.º 8.666/93 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de Engenharia quanto aos documentos: Especificações



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº1004/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Custo Unitário, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se couber) e/ou Projeto Geométrico (se couber) em parceria com a Prefeitura Municipal e/ou outro órgão técnico na esfera estadual/federal; todos devidamente assinados por responsável técnico com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – CREA/AM;

- 10.5.13.** Observação quanto à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal N.º 6.496 de 07/12/1977 c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução N.º 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA) por pessoa física e/ou jurídica executora de obras e/ou serviços de Engenharia.

**11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Outubro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral